

CARACTERÍSTICAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA PERCEPÇÃO DE SEUS PROFESSORES: UM ESTUDO SOB OS PARÂMETROS CONCEITUAIS DA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE¹

CHARACTERISTICS OF STUDENTS WITH PHYSICAL DISABILITIES FROM THEIR TEACHERS' PERCEPTIONS: A STUDY ON THE CONCEPTUAL PARAMETERS OF THE INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF FUNCTIONING, DISABILITY AND HEALTH

Mirela Moreno de Almeida ANDRADE²
Rita de Cássia Tibério ARAÚJO³

RESUMO: à medida que se compreende a escola como núcleo social, identificar como os professores caracterizam a deficiência de seus alunos constitui um importante enfoque de pesquisa, uma vez que essas concepções moldam as atitudes e as abordagens educacionais disponibilizadas. Este estudo teve por objetivos: identificar como os professores caracterizam a deficiência física de seus alunos e discutir sobre possíveis implicações das tendências perceptivas envolvidas nessa caracterização. Participaram deste estudo nove alunos com deficiência física com idades entre seis e doze anos e seus professores. Os diagnósticos abrangeram Paralisia Cerebral, Malformação Congênita e Mielomeningocele. A pesquisa foi realizada em seis escolas de Ensino Fundamental da rede regular de ensino, localizadas no interior do Estado de São Paulo, no período de novembro a dezembro de 2014. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, cujo roteiro foi elaborado com base em três categorias sob os parâmetros conceituais da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, sendo elas: funções e estruturas corporais, atividade e participação, fatores ambientais. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo e análise estatística. A análise de conteúdo demonstrou predomínio do enfoque na categoria atividade e participação. No entanto, o teste Qui-Quadrado demonstrou que a diferença não foi estatisticamente significante. Ainda assim, o estudo aponta para um movimento perceptivo do professor em direção ao foco biopsicossocial da funcionalidade uma vez que desvia o foco dos atributos corporais para a funcionalidade e passa a considerar a necessidade de se investir em recursos de Tecnologia Assistiva para o sucesso do desempenho escolar do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Deficiência. Desempenho.

ABSTRACT: As school is understood as a social nucleus, identifying how teachers characterize the disability of their students constitutes an important focus of research, since these conceptions shape the educational attitudes and the approaches available. The objective of this study was to identify how teachers characterize the physical disability of their students and discuss possible implications of the perceptive tendencies involved in this characterization. Nine students with physical disabilities aged between six and twelve years old and their teachers participated in this study. Diagnoses included Cerebral Palsy, Congenital Malformation and Myelomeningocele. The research was conducted in six Elementary Schools of the regular school system, located in the hinterland of the state of São Paulo, Brazil, from November to December 2014. Data were collected through a semi-structured interview, whose script was developed based on three categories under the conceptual parameters of the International Classification of Functioning, Disability and Health, namely: functions and structures of the body, activity and participation, environmental factors. Data were analyzed through content analysis and statistical analysis. Content analysis showed a predominance of focus in the activity and participation category. However, the Chi-square test demonstrated that the difference was not statistically significant. Still, the study points to a perceptive movement of the teacher toward the biopsychosocial focus of functionality since it shifts the focus from bodily attributes to functionality and then considers the need to invest in Assistive Technology resources for the student's successful school performance.

KEYWORDS: Special Education. Disability. Performance.

¹ <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382418000100002>

² Terapeuta Ocupacional e Mestre em Educação. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, SP, Brasil. mirelamoreno@hotmail.com.

³ Terapeuta Ocupacional e Doutora em Educação. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, SP, Brasil. ritac@marilia.unesp.br.

1 INTRODUÇÃO

A deficiência física é definida como alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, excluindo-se as deformidades estéticas e outras que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004). Contudo, ainda que essa definição considere aspectos motores do desempenho em situações de vida, a questão da influência social na identificação da deficiência precisa ser esclarecida, haja vista que constitui um determinante poderoso e ativo no processo da organização da vida social, mobilizando esforços em diferentes cenários de construção do conhecimento, a exemplo do que é proposto na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que apresenta uma definição de deficiência considerando de um lado a definição médica e de outro a definição social de deficiência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013).

Omote (1997) destaca que não existe deficiência por si só como característica ou qualidade endógeno-orgânica referente à determinada pessoa. A deficiência apenas se materializa como tal mediante critérios adotados socialmente, estruturados a partir do próprio meio social, das exigências estabelecidas pelas atividades cotidianas e pela forma com que os outros (audiência) interpretam e se relacionam com as diferenças.

Por outro lado, é evidente que existe uma expressiva diferença no comportamento ou no organismo da pessoa identificada como pessoa com deficiência. No entanto, essa diferença pode ser tanto a causa como a consequência do processo de identificação, reconhecimento e tratamento daquela pessoa como pessoa com deficiência. Dessa forma, a deficiência não existe como fenômeno independente, posto que se configura a partir de um sistema multifatorial e dialético intrínseco à dinâmica de visualização e de interpretação das diferenças (OMOTE, 1993).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2011) define deficiência como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, entendendo o fenômeno de forma equilibrada entre o modelo social e o modelo médico.

Compreendendo a escola como um núcleo social, identificar como os professores caracterizam a deficiência de seus alunos constitui um importante enfoque de pesquisa, uma vez que as concepções sociais moldam as atitudes e os tratamentos educacionais disponibilizados. E se essa temática fora importante no passado, nos dias atuais ela ganha destaque, pois a inclusão escolar do aluno com deficiência requer mudança no ambiente para suprir lacunas evidenciadas entre a capacidade funcional do aluno e as demandas das tarefas realizadas no meio (ARAÚJO, 1998). A compreensão da deficiência baseada em concepções que consideram o indivíduo a partir da dialética existente entre fatores biológicos e fatores sociais é fundamental para que se possa conceber a funcionalidade e a participação desse indivíduo no contexto social em que está inserido.

Estudiosos do fenômeno, dentre os quais Goffman (1988), têm destacado que quando a deficiência é compreendida como algo que pertence ao indivíduo e está representada apenas nos limites corporais, ele passa a ser identificado com base nas suas características desviantes, sendo reconhecido sob os parâmetros estabelecidos para a caracterização da categoria de

deficiência a que pertence. Nessa dinâmica social de identificação da deficiência, a pessoa com deficiência perde a sua individualidade e acaba assumindo o papel de deficiente nos diferentes contextos sociais, a exemplo do que pode ocorrer nas condutas escolares padronizadas, por categoria de deficiência, já tão debatidas no passado (OMOTE, 1990). Quando se assume esta posição, qualquer pessoa com deficiência física, por exemplo, passa a ser vista como possuindo as mesmas necessidades e possibilidades de outras pessoas enquadradas nessa categoria, fato que justifica a padronização das estratégias, dos recursos e dos tratamentos a ela dispensados. É muito comum encontrarmos nas escolas, os recursos e as estratégias concebidos para um determinado aluno com deficiência física, sendo utilizado erroneamente com outro aluno também com deficiência física, mas que apresenta características, necessidades e capacidades completamente diferentes (ALMEIDA; VALENTINI; BERLEZE, 2009). A falsa ideia de uniformidade da deficiência leva os indivíduos com deficiência a desempenharem apenas papéis previstos para eles e, dessa forma, tem-se um estreitamento nas possibilidades de desenvolvimento humano e uma condição de barreira insuperável (ARAÚJO; OMOTE, 2005).

A proposta de inclusão escolar para os alunos com deficiência física é um campo vasto de possibilidades para o entendimento e o trabalho com as diferenças, à medida que redireciona o foco da atenção ao meio e é amparada pela concepção de deficiência resultante da dialética existente entre fatores biológicos e meio sociocultural. O foco no ambiente necessariamente implica considerações acerca da funcionalidade, levando em conta as limitações orgânicas ou psíquicas, mas, ao mesmo tempo, buscando compreender as demandas específicas do ambiente, as atividades a serem completadas e os desafios dos relacionamentos sociais em seu contexto (FARIAS; BUCHALLA, 2005). Assim sendo, toda proposta de trabalho que olhe para a funcionalidade precisa caminhar no sentido de entender os fatores do meio que possam apresentar-se como facilitadores ou obstáculos a serem transpostos pelos indivíduos que apresentem déficits em estrutura e função corporal (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2011).

Na perspectiva da educação inclusiva, torna-se evidente a necessidade, por parte do educador, de buscar conhecimentos específicos e recursos que auxiliem sua prática, bem como sua formação profissional. Dessa forma, é necessário que os professores estejam aptos a ensinar com os mesmos objetivos pedagógicos, independentemente de os alunos terem ou não necessidades educacionais especiais. No curso da opção de estratégias de ensino, pode haver necessidade de adequações curriculares, a fim de garantir um atendimento ajustado às especificidades de cada aluno (MENDES, 2006; CAPELLINI; MENDES, 2007). Contudo, as alternativas direcionadas aos recursos de acesso ao currículo precedem a alteração do conteúdo curricular. Nessa perspectiva, entendendo que a incapacidade emerge da relação entre a capacidade funcional da pessoa e a demanda do ambiente (VERBRUGE; JETTE, 1994; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2011), tem-se, na Tecnologia Assistiva (TA), os fundamentos que orientam as práticas para a modificação da incapacidade para a realização de tarefas do cotidiano.

Pesquisadores alertam que, ao iniciar o processo de implementação da TA, é necessário conhecer o usuário, sua história, suas necessidades e seus desejos, bem como identificar quais são as necessidades reais considerando todo o seu contexto social e as possíveis barreiras que limitem a sua independência (SORO-CAMATS, 2003; PARETTE; BROTHERTON; HUER, 2000).

Entretanto, a opção ou escolha dos recursos e estratégias adequados a cada aluno está intimamente ligada à percepção do professor com relação às características daquele, sendo essa a questão central investigada nesta pesquisa, que tem por objetivos: a) identificar como os professores caracterizam a deficiência física de seus alunos; e b) discutir sobre possíveis implicações das tendências perceptivas envolvidas nessa caracterização.

2 MÉTODO

Esta pesquisa apresenta desenho de estudo descritivo conforme classificação de Triviños (1987).

2.1 PARTICIPANTES

Participaram deste estudo nove alunos com deficiência física com idade entre seis e doze anos e seus respectivos professores. Os diagnósticos médicos apresentados pelos alunos participantes foram: sete alunos com paralisia cerebral, um com malformação congênita e um com mielomeningocele.

2.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão abrangeram a identificação de alunos com deficiência física pelo cadastro disponível na Secretaria de Educação daqueles que estavam matriculados no Ensino Fundamental da rede regular de ensino, excluindo deste estudo os alunos com distúrbios auditivos, visuais e/ou intelectuais associados.

2.3 LOCAL E PERÍODO

A pesquisa foi realizada em seis escolas de Ensino Fundamental da rede regular de ensino, localizadas em um município do interior do Estado de São Paulo. A coleta de dados ocorreu no período de novembro a dezembro de 2014.

2.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de entrevista, cujo roteiro contemplou os parâmetros conceituais da CIF e as atividades do brincar, grafismo, uso de utensílios escolares, autocuidado e atividades sociais.

A entrevista como forma de coleta de dados foi adotada considerando que ela é especialmente indicada para estudos da percepção (LENNEBERG, 1967), e é viável quando as informações necessárias para a pesquisa não estão registradas ou disponíveis, a não ser no pensamento ou na memória do entrevistado. Ao realizar a entrevista, o pesquisador envolve-se em um processo de interação com o entrevistado, uma vez que, no decorrer da entrevista, tanto o entrevistador quanto o entrevistado trazem consigo experiências passadas, que influirão na interação (MANZINI, 1991). Ainda segundo Manzini (2003), a entrevista é, por essência, uma forma de interação social que busca as informações face a face.

A entrevista teve por finalidade identificar tendências perceptivas do professor ao descrever o aluno com deficiência física sob aspectos gerais e sob aspectos da funcionalidade com foco na realização de atividades escolares. Para tanto, foi elaborado um roteiro da entrevista, tendo como base os parâmetros conceituais da CIF, dando-se prioridade para a classificação das respostas em três categorias definidas *a priori*, quais sejam: funções e estruturas corporais, atividade e participação e fatores ambientais, assim definidas:

- Funções e estruturas corporais: São as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos (incluindo as funções psicológicas). Estruturas do corpo são as partes anatômicas do corpo, tais como, órgãos, membros e seus componentes.
- Atividade e participação: Atividade é a execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo. Participação é o envolvimento de um indivíduo em uma situação da vida real.
- Fatores ambientais: Os fatores ambientais constituem o ambiente físico, social e atitudinal no qual as pessoas vivem e conduzem suas vidas. Esses fatores são externos aos indivíduos e podem ter uma influência positiva ou negativa sobre o seu desempenho como membros da sociedade, sobre a capacidade do indivíduo para executar ações ou tarefas, ou sobre a função ou a estrutura do corpo do indivíduo.

O roteiro de entrevista foi submetido à apreciação de treze juízes discentes de Programa de Pós-Graduação em Educação que cursavam a disciplina de Metodologia Com Uso de Entrevista. Nessa etapa de elaboração do instrumento de coleta de dados, o roteiro foi avaliado quanto à sua forma e quanto à distribuição do contínuo das perguntas.

Após essa apreciação, o roteiro foi testado em estudo piloto, realizado em uma escola particular de um município, localizado no interior do Estado de São Paulo, com três alunos da Educação Infantil que possuíam deficiência física. Após essa experiência de aplicação do roteiro de entrevista pela pesquisadora, deu-se continuidade à elaboração do roteiro final com as devidas adequações de acordo com a população alvo desta pesquisa.

O roteiro final foi construído a partir de três eixos temáticos correspondentes ao objetivo da pesquisa:

- Eixo 1 - Caracterização do aluno com deficiência sob aspectos gerais. Esse eixo teve por finalidade identificar a percepção que o professor possuía a respeito do seu aluno com deficiência física em três situações: ao descrevê-lo, ao manifestar o seu conhecimento sobre a deficiência do aluno e ao indicar as capacidades e as dificuldades do aluno para realizar as atividades propostas no ambiente escolar.
- Eixo 2 – Caracterização do aluno com deficiência sob aspectos da funcionalidade em atividades escolares específicas (brincar, autocuidado, grafismo e uso de utensílios escolares e função social), levando em consideração o desempenho dos alunos pesquisados. Nesse eixo, foi indagado aos professores como eles descreviam o desempenho dos alunos com relação às atividades mencionadas considerando os parâmetros de função e estrutura corporal, atividade e participação e fatores ambientais. Eixo 3: Caracterização do professor participante: O objetivo desse eixo foi identificar a formação do professor, sua experiência na Educação Especial e o tempo de profissão.

2.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a seleção dos participantes, foi encaminhado à Secretaria de Educação um pedido de autorização e, posteriormente, foi solicitada uma lista dos alunos com deficiência física matriculados no ciclo I do Ensino Fundamental e suas respectivas escolas. Foi disponibilizada uma lista de vinte e cinco alunos com deficiência física que atendiam aos critérios de inclusão deste estudo. A partir dessa pré-seleção, foi realizado contanto telefônico com os diretores das escolas, solicitando um encontro a fim de apresentar o projeto com os seus objetivos, procedimentos e cronograma.

Dos vinte e cinco alunos com deficiência física, nove foram selecionados a partir do aceite da escola em participar da pesquisa. Após a autorização dos diretores e seus respectivos professores, foi realizado contato com as famílias dos alunos selecionados para realizar os devidos esclarecimentos e, a partir da disponibilidade deles em participar da pesquisa, foram encaminhados às famílias dos alunos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

A coleta de dados ocorreu nas escolas dos alunos participantes da pesquisa, em local e horário previamente agendado de acordo com a preferência da direção da escola e das professoras. As entrevistas ocorreram individualmente e tiveram a duração média de trinta minutos. Com a autorização dos entrevistados, a entrevista foi gravada para posteriormente ocorrer a transcrição integral dos relatos verbais. Foram realizadas nove entrevistas, nas quais cada professor entrevistado correspondia a um aluno com deficiência física pesquisado.

2.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise dos dados coletados ocorreu em duas etapas:

- Análise de conteúdo segundo as recomendações de Bardin (2011).
- Análise estatística.

Por meio da análise de conteúdo, procurou-se estabelecer uma relação de correspondência entre as estruturas semânticas e as estruturas psicológicas e sociológicas. Isso porque qualquer análise objetiva procura fundamentar impressões e juízos intuitivos por meio de operações que conduzem a resultados de confiança (BARDIN, 2011). Ainda com base nas concepções da mesma autora, a análise de conteúdo visou obter indicadores que permitiam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens. No que se refere à categorização do conteúdo da entrevista, esta pesquisa baseou-se em Bardin (2011) que definiu categoria como um conjunto, um grupo ou uma divisão que apresenta características semelhantes, mas que se diferenciam pela natureza, devendo ser construída de maneira que um mesmo elemento não pode ser classificado em duas ou mais categorias. Neste estudo, as categorias foram definidas *a priori* com base nos conceitos da CIF, quais sejam: funções e estruturas corporais, atividades e participação fatores ambientais.

A análise de conteúdo teve início com a transcrição integral dos relatos verbais com ajustes ortográficos. Posteriormente às transcrições, foram identificados os trechos de entrevistas correspondentes às categorias previamente definidas, abrangendo as respostas das questões dos eixos: caracterização do aluno com deficiência sob aspectos gerais e caracterização do aluno com deficiência sob aspectos da funcionalidade em atividades escolares específicas. Na análise

de conteúdo das entrevistas, levou-se em consideração o objetivo da pesquisa, buscando a interpretação dos dados obtidos por meio dos relatos verbais que foram classificados em categorias estabelecidas para análise (BARDIN, 2011).

Considerando a regra da representatividade descrita por Bardin (2011), segundo a qual a análise pode efetuar-se em uma amostragem extraída de uma totalidade, desde que o material a isso se preste, o material coletado e transcrito neste estudo foi utilizado, na sua maior parte, ao ser realizada a categorização pelo pesquisador. As informações que foram desconsideradas para a categorização não diziam respeito aos objetivos pré-estabelecidos para a coleta e análise dos dados obtidos por meio das entrevistas.

As categorias foram previamente estabelecidas com base na problematização de pesquisa e percurso metodológico escolhido, tendo como base as definições teóricas adotadas pela Organização Mundial da Saúde, ao apresentar CIF, da qual foram extraídas as categorias.

Foram categorizados apenas os trechos contidos nos eixos 1 e 2 do roteiro de entrevista que abordaram as informações relacionadas aos alunos com deficiência. O eixo 3, que continha informações relacionadas aos professores, foi utilizado para caracterização dos participantes a partir de sua transcrição.

Com o objetivo de alcançar o rigor metodológico e conceitual, conforme propõe Carvalho (1996), o material coletado e categorizado pela pesquisadora foi encaminhado para a análise de dois juízes, sendo a primeira Terapeuta Ocupacional, mestre e doutora em Educação, identificada como juiz 1; e a segunda Terapeuta Ocupacional, mestre e doutoranda também em Educação, identificada como juiz 2.

Considerou-se, também, que, para verificar a fidedignidade de uma matriz de categorização, é necessário submetê-la a duas codificações que podem ser elaboradas por um codificador em dois momentos diferentes ou por dois ou mais grupos de codificadores que codificam o material ao mesmo tempo (OLIVEIRA et al., 2003). Optou-se, nesta pesquisa, pela participação de dois juízes visando à categorização do material. Ambos receberam o material ao mesmo tempo e tiveram o mesmo prazo para realizar o procedimento.

O material categorizado pela pesquisadora foi encaminhado na sua totalidade para a apreciação dos juízes com o objetivo de garantir a fidedignidade da análise. Além das planilhas de categorização, os juízes receberam uma carta de apresentação contendo informações que abrangeram: esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos da coleta de dados; definições de cada categoria e orientações pertinentes ao preenchimento das planilhas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise, foram obtidos os índices gerais de concordância, conforme recomendada a literatura, citando-se Carvalho (1996) para este estudo (Tabela 1).

Tabela 1- Índice de concordância obtido com apreciação dos juízes

Relação entre pesquisador e juízes	Índice de concordância
Pesquisador e Juiz 1	87,4%
Pesquisador e Juiz 2	91,6%

Fonte: Elaboração própria.

Foi realizada a análise dos índices de concordância para cada uma das entrevistas de acordo com a apreciação dos juízes 1 e 2. O resultado é apresentado nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Índice de concordância d Juiz 1 para cada entrevista analisada

Juiz 1	Total	Concorda	%	Discorda	%
Aluno A	52	42	81%	10	19%
Aluno B	49	45	92%	4	8%
Aluno C	36	29	81%	7	19%
Aluno D	32	30	94%	2	6%
Aluno E	38	29	76%	9	24%
Aluno F	39	39	100%	0	0%
Aluno G	18	15	83%	3	17%
Aluno H	16	12	75%	4	25%
Aluno I	29	29	100%	0	0%
Total	309	270	87,4%	39	12,6

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3 - Índice de concordância do Juiz 2 para cada entrevista analisada

Juiz 2	Total	Concorda	%	Discorda	%
Aluno A	52	48	92%	4	8%
Aluno B	50	44	88%	6	12%
Aluno C	36	29	81%	7	19%
Aluno D	32	31	97%	1	3%
Aluno E	38	37	97%	1	3%
Aluno F	39	38	97%	1	3%
Aluno G	18	16	89%	2	11%
Aluno H	16	14	88%	2	13%
Aluno I	29	27	93%	2	7%
Total	310	284	91,6%	26	12,6

Fonte: Elaboração própria.

O tratamento estatístico dos dados coletados nas entrevistas com os professores ocorreu partindo da contagem de frequência das categorias pré-estabelecidas para análise e conteúdo das entrevistas. Posteriormente, realizou-se a análise de contingência com o objetivo de identificar se houve predominância de uma ou mais categorias ao analisar as transcrições

dos relatos dos professores. A Tabela 4 apresenta a contagem de frequência dos relatos verbais categorizados. No total, foram 309 trechos categorizados, sendo 77 classificados em funções e estruturas do corpo, 162 em atividades e participação e 70 em fatores ambientais.

Tabela 4 - Contagem da frequência dos relatos verbais categorizados

Aluno	Funções e estruturas do corpo	Atividades e participação	Fatores ambientais
A	10	26	16
B	15	21	14
C	12	14	10
D	8	19	5
E	8	22	8
F	9	22	8
G	4	14	0
H	0	11	4
I	11	13	5
Total: 309	77	162	70

Fonte: Elaboração própria.

Após essa contagem de frequência, os dados foram submetidos ao teste Qui-quadrado. Trata-se de um método estatístico não paramétrico que pode auxiliar na formulação de hipóteses partindo de dados nominais. Foram realizadas as análises inicialmente das três categorias de classificação e, posteriormente, foi realizada a análise a cada dois grupos de categoria. A Figura 1 apresenta a análise sintetizada.

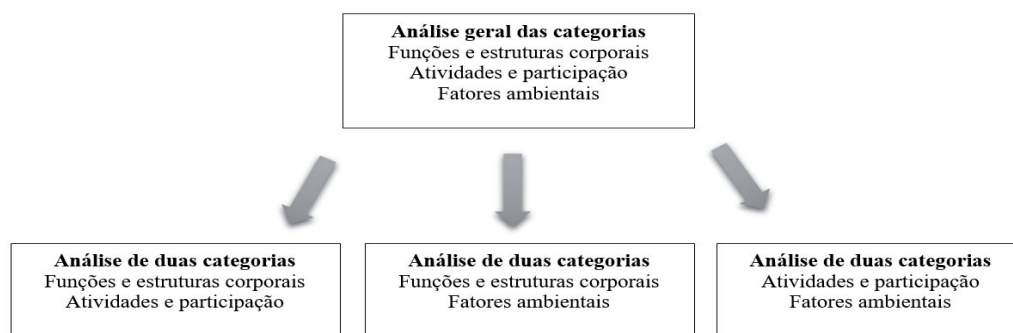


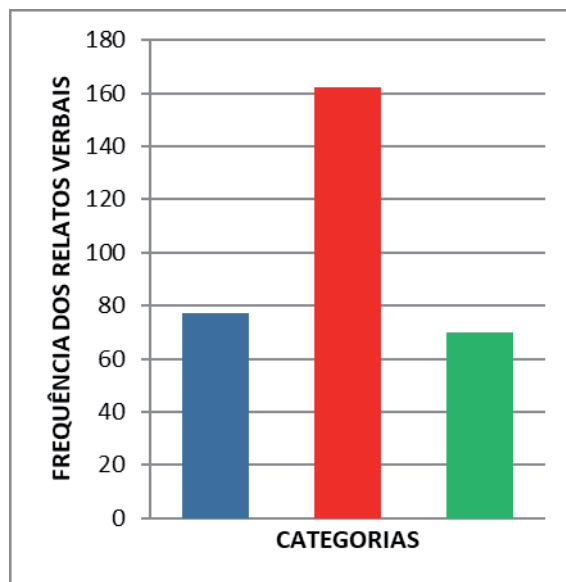
Figura 1- Análises realizadas com o teste Qui-quadrado

Fonte: Elaboração própria.

O objetivo deste procedimento de análise foi identificar se, durante os relatos dos professores com relação aos seus alunos com deficiência física na escola, houve a prevalência de uma categoria, o que poderia sugerir os parâmetros que levaram os professores deste estudo a analisar o desempenho de seus alunos com deficiência física. De acordo com esse raciocínio, a análise estatística contribuiu para responder às seguintes indagações: As respostas estariam pautadas em fatores biológicos, nos quais os atributos físicos e emocionais da criança assumem grande importância para garantir a sua participação e realização das atividades escolares? Ou, então, os professores, ao descreverem seus alunos com deficiência física, estariam pautados nos fatores ambientais, supondo que as modificações no ambiente sejam elas atitudinais ou físicas poderiam garantir a participação dos alunos com deficiência física? E, por último, considerando os fatores biopsicossociais, os professores analisariam a participação e a realização das atividades escolares considerando a integração dos fatores biológicos e sociais como necessários para favorecer o desempenho dos seus alunos com deficiência física?

A primeira análise realizada da categorização das entrevistas considerou a proporção de cada uma das categorias comparando-as como três grupos independentes (Funções e estruturas corporais, Atividades e participação e Fatores ambientais). Posteriormente, com o mesmo objetivo, foi realizada a análise comparativa entre as categorias: Funções e estruturas corporais, de um lado, e Atividades e participação, de outro lado; Funções e estruturas corporais, de um lado, e Fatores ambientais, de outro lado; e, por último, Atividades e participação, de um lado, e Fatores ambientais, de outro lado.

Considerando as categorias Funções e estruturas corporais, Atividades e participação e Fatores ambientais como grupos independentes, os resultados obtidos por meio do teste estatístico Qui-quadrado foram $\chi^2 = 22.957$, $p = 0.1149$ e 16 graus de liberdade. Tal resultado demonstra que não houve diferença estatisticamente significativa entre as categorias, no que se refere à frequência encontrada em cada uma delas. Apesar desse resultado, observa-se uma predominância da categoria Atividades e participação com relação às demais (Figura 2).



Legenda:

- Funções e estruturas do corpo
- Atividades e participação
- Fatores ambientais

Figura 2- Resultado da análise das categorias Funções e Estruturas Corporais e Atividades e Participação e Fatores Ambientais

Fonte: Elaboração própria.

Diante desse resultado, buscou-se a análise de contingência das categorias agrupando-as em dois grupos independentes para cada análise, a fim de identificar se haveria um resultado diferente do que foi encontrado na análise das três categorias concomitantemente.

As duas primeiras categorias analisadas foram Funções e estruturas corporais, de um lado, e Atividades e participação, do outro lado. Os resultados de $\chi^2 = 12.849$, $p = 0.1172$ e 8 graus de liberdade demonstram que, nessa análise, também não foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre as categorias.

Para análise das categorias Funções e estruturas corporais, de um lado, e Fatores ambientais, do outro lado, o resultado de $\chi^2 = 12.297$, $p = 0.1385$ e 8 graus de liberdade, não houve diferença estatisticamente significativa entre as categorias.

A última análise realizada correspondeu às categorias Atividade e participação, de um lado, e Fatores ambientais, do outro lado. O Teste Qui-quadrado, com os resultados de $\chi^2 = 11.890$, $p = 0.1562$ e 8 graus de liberdade, demonstra que não foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre as categorias.

De forma geral, os resultados demonstraram que não houve diferença estatisticamente significativa entre as três categorias pesquisadas, assim como nas análises das categorias divididas em dois grupos. No entanto, diante dos resultados (Figura 6), pode-se verificar que a categoria Atividade e participação foi preponderante. Isso sugere que o professor levou em consideração, preferencialmente, a participação do aluno e a realização das atividades no ambiente escolar. Dessa forma, pode-se sugerir que o olhar do professor, neste estudo, apresentou-se mais ancorado no modelo biopsicossocial de funcionalidade, levando em consideração a integração dos fatores biológicos e sociais.

A Tabela 5 apresenta os resultados da análise com o teste estatístico Qui-quadrado.

Tabela 5 - Resultados da análise com o teste estatístico Qui-quadrado aplicado à categorização das entrevistas

Grupos independentes	χ^2	p	Graus de liberdade	Conclusão
Funções e Estruturas do corpo / Atividades e participação/ Fatores Ambientais	$\chi^2=22.957$	p= 0.1149	16	Diferença estatisticamente não significativa
Funções e Estruturas do corpo / Atividades e participação	$\chi^2=12.849$	p= 0.1172	8	Diferença estatisticamente não significativa
Funções e Estruturas do corpo / Fatores Ambientais	$\chi^2=12.297$	p= 0.1385.	8	Diferença estatisticamente não significativa
Atividades e participação/Fatores ambientais:	$\chi^2=11.890$	p= 0.1562	8	Diferença estatisticamente não significativa

Fonte: Elaboração própria.

4 CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou que os professores participantes apresentaram uma tendência de percepção dos alunos com deficiência física amparada no modelo biopsicossocial da deficiência, uma vez que descrevem a funcionalidade levando em consideração especialmente a participação desses alunos e a realização das atividades no ambiente escolar. Embora os fatores ambientais não tenham sido negligenciados, é preciso considerar que a mudança no ambiente pode favorecer a atividade e a participação, e, nesse sentido, este estudo aponta para a importância de investir-se em esforços para a prescrição de TA como elemento favorecedor do desempenho do aluno com deficiência física.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G.; VALENTINI, N.; BERLEZE, A. Um estudo com crianças e adolescentes do Ensino Fundamental. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 71-97, 2009.
- ARAÚJO, R. de C. T.; OMOTE, S. Atribuição de gravidade à deficiência física em função da extensão do acometimento e do contexto escolar. *Revista Brasileira Educação Especial*, Marília, v. 11, n. 2, p. 241-254, maio/ago. 2005. Doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382005000200006>>.

ARAÚJO, R. C. T. *Significado de recursos adaptados utilizados na educação de deficientes físicos*. 1998. 90 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1998.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério Público Federal. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino*. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Org.). 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. *Educere et Educare. Revista Educação*, Santa Maria, v. 2, n. 4, p. 113-128, jul./dez. 2007.

CARVALHO, A. M. P. O uso do vídeo na tomada de dados: pesquisando o desenvolvimento do ensino em sala de aula. *Pro-posições*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 5-13, 1996.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. *Revista Brasileira Epidemiologia*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 187-193, jun. 2005.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LENNEBERG, E. H. *Biological Foundations of Language*. New York: Willey, 1967.

MANZINI, E. J. A Entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.). *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25.

MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. (Org.). *Inclusão e acessibilidade*. Marília: ABPEE, 2006. p. 29-41.

OLIVEIRA, E. de et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 4, n. 9, p. 11-27, maio/ago. 2003.

OMOTE, S. Aparência e competência em educação especial. *Temas em Educação Especial*, São Carlos, v. 1, p. 11-26, 1990.

OMOTE, S. Atratividade física facial e percepção de deficiências. *Didática*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 115-124, 1993.

OMOTE, S. Atratividade física facial e prognóstico. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 13, n. 1, p. 113-117, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *CIF: Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde: versão para crianças e jovens*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Como usar a CIF: Um manual prático para o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)*. Versão preliminar para discussão. Genebra: OMS, 2013.

PARETTE, H. P.; BROTHERSON, M. J.; HUER, M. B. Giving family a voice in augmentative and alternative communication decision making. *Education and Training in Mental Retardation and Developmental Disabilities*, v. 35, n. 2, p. 177-190, 2000.

SORO-CAMATS, C. E. Uso de ajudas técnicas para a comunicação, o jogo, a mobilidade e o controle do meio: uma abordagem habilitadora. In: ALMIRALL, C. B.; SORO-CAMATS, E.; BULTÓ, C. R. (Orgs.). *Sistemas de sinais e ajudas técnicas para a comunicação alternativa e a escrita: princípios teóricos e aplicações*. São Paulo: Livraria Santos, 2003. p. 23-41.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VERBRUGGE, L. M.; JETTE, A. M. The disablement process. *Social Science and Medicine*, v. 38, n. 1, p. 1-14, 1994.

Recebido em: 29/01/2017
Reformulado em: 02/08/2017
Aprovado em: 02/08/2017